

XXI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

Universidade Federal do ABC - Campus São Bernardo do Campo

31 de maio a 03 de junho de 2016

Área temática 4:

Estados e nações diante do capitalismo atual

Ressoam os tambores do nacionalismo: ajustar os controles da economia, da política e da ideologia

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Ressoam os tambores do nacionalismo: ajustar os controles da economia, da política e da ideologia

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida*

Resumo

A ideologia nacional permanece como uma dimensão estrutural do modo de produção capitalista e suas crises (ingredientes básicos das chamadas questões nacionais) se manifestam sob a forma de nacionalismos. No plano teórico, a principal inspiração é a obra de Nicos Poulantzas, a partir da qual se procura desenvolver conceitos por conta e risco. A referência empírica, longe de ser exaustiva e sistemática, visa despertar a atenção para a enorme diversidade de nacionalismos neste início de século, suas relações com atual fase do imperialismo e a importância que muitos deles adquirem para o instável equilíbrio de poder no plano internacional.

1. Um enigma que se repõe

Em seu célebre texto de 1975, Norberto Bobbio dignificou o clichê sobre a inexistência de uma doutrina (uma teoria?) marxista do Estado. Na época, igualmente difundida era a negação de que o marxismo fosse capaz de teorizar sobre nações e nacionalismos. A diferença é que o primeiro registro de falta se fazia acompanhar de elogio rasgado à tradição institucionalista, o que não ocorria no segundo.

Karl Kautsky, em 1908, comparou a nacionalidade a um Proteu que, embora esteja sempre conosco e nos exerça enorme influência, nos escapa quando tentamos pegá-lo (Kautsky, 1978, v. 2: 122). Em 1977, após duas guerras mundiais e a substituição de grandes impérios por um planeta de Estados-nações, Hugh Setton-Watson, cuja produção é reconhecida como um dos pilares dos estudos sobre o tema, inicia sua *magnum opus*, *Nations and States*, com uma advertência melancólica: a nação continua a existir, mas sobre ela ainda não se vislumbra qualquer “definição científica” (Setton-Watson, 1977:5).

Todavia, nas duas últimas décadas do século XX, ocorreu um vigoroso avanço dos estudos sobre nações e nacionalismos, com uma significativa participação de antimarxistas

* Departamento de Política da PUC-SP. Pesquisador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais; editor da revista *Lutas Sociais*; autor de *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2014.

declarados, como, por exemplo, Ernest Gellner, e também de autores que se proclamavam marxistas, como Eric Hobsbawm, ou fortemente influenciados por esta abordagem, como Benedict Anderson. As principais obras de Gellner e Anderson sobre o tema, respectivamente *Nations and Nationalism* e *Imagined Communities*, foram publicadas em 1983. A de Hobsbawm, *Nations and nationalism since 1780*, é de 1990¹.

As ironias da História não poupam o marxismo, o qual, em aparente paradoxo, às vezes se beneficia disso. Gellner não apenas teve seu conceito de nação adotado por Hobsbawm como entreteve ótimas relações intelectuais com Tom Nairn, um importante marxista (de viés nacionalista) escocês.

Ainda peças da velha toupeira. A contribuição de Nicos Poulantzas para o desenvolvimento da teoria marxista do Estado, mais particularmente do Estado burguês, produziu imediata repercussão internacional e está longe de perder sua fecundidade. Por outro lado, não exerceu a mesma influência sobre o extraordinário avanço que intelectuais marxistas ou influenciados pelo marxismo fizeram, durante as duas últimas décadas do século XX, no estudo de nações e nacionalismos. Aparente paradoxo: no geral, estes intelectuais apontam um estreito nexo entre nação e capitalismo.

É provável que esta defasagem se deva muito à suposição, em *Poder Político e Classes Sociais*, de um vínculo de continuidade entre os Estados absolutista e burguês, o que levou Poulantzas a atribuir ao primeiro um caráter nacional. Observe-se que, bem antes da publicação de *PPCS*, Althusser (1959), percebeu a distinção entre os dois tipos de Estado. Em um estudo mais sistemático, pois voltado para o exame do Estado absolutista em todas as regiões da Europa, Perry Anderson (1978:19), não somente teorizou e se muniu de fundamentos empíricos para esta diferenciação como não poupou crítica a Poulantzas pela “imprudência” de considerar, ainda que, com “uma formulação “vaga e ambígua”, que os Estados absolutistas fossem capitalistas [uso a edição francesa]. Em um trecho telegráfico, Poulantzas (2008: 125), expressa concordância com a crítica de Anderson, atribuindo o próprio equívoco a um procedimento formalista que consistiu em produzir uma espécie de curto-circuito entre modo de produção e formação social. Por esta via, inseriu o Estado

¹ No “ano decisivo” de 1983, Hobsbawm publicou, na coletânea *A invenção das tradições*, que co-organizou com Terence Ranger, um ensaio no qual antecipa algumas de suas teses centrais (Hobsbawm e Ranger, 1997). Todavia, como o texto não se destina centralmente a uma análise de nações e nacionalismos, não o examinarei aqui. Por sua vez, Benedict Anderson reescreveu *Imagined Communities* (B. Anderson, 1991). Nesta comunicação, atendo-me à edição inglesa do livro de Gellner, à edição brasileira da segunda versão do livro de Anderson e também à edição brasileira do texto de Hobsbawm.

absolutista entre as “formas concretas do Estado capitalista”. Ou seja, atribuiu ao absolutismo o caráter de “concretização/espacialização de elementos do tipo de Estado existente no abstrato”. É provável que Poulantzas responda diretamente à crítica de Perry Anderson, pois esta se refere primordialmente ao conceito de modo de produção e, mais especificamente, ao problema teórico de como conceituar o absolutismo como tipo de Estado (para Anderson, feudal redefinido).

Todavia, o mesmo Anderson, comete uma imprudência correlata, a de se referir (com base em Porchnev) ao absolutismo como “primeiro sistema estatal internacional” (id. p. 12 e 39), embora, ao longo da introdução e do primeiro capítulo, negue a existência de nações articuladas a este mesmo absolutismo. Ou seja, aqui Perry Anderson comete um equívoco que se tornou um verdadeiro clichê no *mainstream* da área de Relações Internacionais: confunde sistema interestatal com sistema internacional. Portanto, aqui se considera o absolutismo, um Estado pré-capitalista, como um ambiente propício a nacionalismos, porém não ainda como implicando, em termos estruturais, uma ideologia nacional.

É levando em conta esta complexa trajetória teórica que impulsionou o desenvolvimento dos estudos sobre o fenômeno nacional que farei um breve apanhado de alguns importantes tipos de questões nacionais que persistem ou emergem no pós-Guerra Fria, período marcado por forte expansão do capitalismo em escala planetária. Espero que, mesmo longe de ser exaustivo, este conjunto de referências contribua para a crítica às teses globalistas, como, por exemplo, as defendidas por Antonio Negri (2001) acerca do fim ou da irrelevância de nações e nacionalismos.

Com este objetivo, parte-se fundamentalmente de teses sobre o Estado burguês apresentadas em *Poder político e classes sociais*, *As classes sociais no capitalismo de hoje* e, secundariamente, em *O Estado, o Poder e o Socialismo*, apresentamos algumas formulações teóricas a respeito das diferenças e relações entre ideologia nacional e nacionalismos, o que já significa um desdobramento das teorizações do próprio Poulantzas.

2. Ideologia nacional, nacionalismos e variantes ideológicas

A ideologia nacional é uma dimensão estrutural do Estado burguês. Este, ao constituir a todos, proprietários e não proprietários dos meios de produção, como cidadãos e aglutiná-los em uma comunidade fortemente territorializada, se apresenta como a expressão da soberania (interna e externa) desta mesma comunidade. Em outros termos, a ideologia nacional

contribui para que se materialize uma comunidade de cidadãos livres e iguais, comunidade fortemente vinculada a um território e cuja soberania se expressa no “seu” Estado” (Ameida, 2014).

Portanto, em termos mais abstratos, pode-se afirmar que a ideologia nacional tem um peso importante no processo de desorganização do proletariado como classe antagônica à exploração e à dominação burguesas. Em alguns momentos da história do marxismo, isso era um verdadeiro truísmo. Em outros, houve forte tendência a amalgamar marxismo e nacionalismo. É o caso do Brasil, por, no mínimo dois motivos: O primeiro foi a existência, no início dos anos 1960, de um forte movimento nacionalista popular, dotado de grande potencial anti-imperialista, movimento que foi derrotado pelo golpe de 1964, marco inicial de uma longa ditadura militar. Em segundo lugar, mais de duas décadas de neoliberalismo contribuíram para que muitos setores de esquerda se voltassem para o reforço do Estado-nação como não apenas um movimento tático, mas o objetivo final a ser atingido pelas forças operárias e populares. Em muitos casos, isto contribuiu para uma abordagem acrítica do Estado burguês, a qual obscureceu o caráter fundamental de dominação de classe deste aparelho de poder político e exacerbou a percepção ideológica de que ele é o efetivo representante dos interesses do povo nação².

Nacionalismos podem eclodir tanto no interior de formações estatais nacionais como em formações sociais pré-capitalistas. No primeiro caso, materializam a percepção ideológica de que o Estado falha, de algum modo, na tarefa de zelar pela integridade da comunidade nacional. No segundo, expressam, em geral, lutas pela constituição de um Estado “próprio”, ou seja, pela autodeterminação nacional. Portanto, nacionalismos aspiram à “plena” e “autêntica” constituição ou reconstituição desta comunidade específica, a nacional.

Onde “seu” Estado-nação é um projeto, o nacionalismo luta para criar este que é o ponto máximo do afloramento da comunidade nacional. Onde tal Estado já se constituiu, o nacionalismo manifesta, no plano interno, o mal-estar de parcelas da sociedade por não se sentirem devidamente incluídas na comunidade nacional ou, ao contrário, o sentimento de que uma parcela que pretensamente faz parte desta comunidade constitui um corpo estranho cuja presença deve, de algum modo, ser eliminada.

² Ouvi de um amigo e ativista de um partido revolucionário que o nacionalismo, levado às últimas consequências, desemboca no socialismo. Ele ficou meio desconcertado com a observação de que este desdobramento já atendeu, em determinada período, pelo nome de nacional-socialismo.

Neste sentido, pode-se conceituar ideologia nacional como a representação de uma comunidade constituída por individualidades iguais e competitivas, cuja soberania se expressa em “seu” Estado. Se levarmos esta tentativa de conceituação às ultimas consequências, concluiremos ela produz forte interpelação no sentido de nacionalizar os portadores da força de trabalho.

Tanto no que se refere à ideologia nacional como ao nacionalismo, estamos às voltas com variantes ideológicas, cujo conceito remete, ao mesmo tempo, à autonomia relativa da ideologia nacional (como, aliás, de qualquer outra) e ao conteúdo concreto que diferentes classes, frações de classe, camadas e categorias sociais lhe imprimem (Almeida, 2014: 87). Isto permite uma dupla possibilidade de avançar no estudo das ideologias, em particular da ideologia nacional. Por um lado, tenta-se examinar variantes populares ou mesmo proletárias da ideologia burguesa. No que nos interessa mais de perto, da ideologia nacional. Por outro lado, abre-se a perspectiva de apreensão de uma importante diferença entre a matriz da ideologia nacional e as diferentes modalidades de apropriação dela por esta ou aquela fração burguesa.

O principal objetivo desta distinção consiste em evitar uma dupla unilateralidade. A primeira consiste em reduzir a ideologia nacional a uma única classe (a burguesia); a segunda em apagar a determinação estruturalmente burguesa dessa ideologia (Id., *ibid.*). Apesar do caráter fundamentalmente burguês da ideologia nacional, nem sempre é a variante burguesa que a expressa em sua “pureza maior”. Em geral, como Hegel (1973: 270 e ss.) intuiu genialmente, é a burocracia de Estado. E Poulantzas, na contramão de certos esquematismos marxistas, demonstrou que o traço comum aos processos revolucionários burgueses inglês, francês e alemão foi precisamente a fragilidade da participação da burguesia. Ou nos termos do próprio autor, “*a ausência de capacidade política, pela sua constituição de classe, da burguesia conduzir a bom termo, a sua própria revolução*” (1986:178, grifos dele). Um processo análogo ocorre com a relação entre burguesia (e suas frações) e a ideologia nacional.

No estudo do principal fulcro do nacionalismo brasileiro ao longo dos anos 1930-1964, sempre supondo que o Estado burguês secreta uma ideologia nacional, pode-se, trabalhar, por exemplo, em primeiro lugar, com uma matriz ideológica desse nacionalismo; em segundo lugar, com suas diversas apropriações sociais em cada fase; em terceiro, com as articulações complexas e contraditórias entre estas variantes que, por suposto, não são as mesma em cada fase, pois as classes e, com elas, as relações de classes se alteraram

profundamente ao longo do processo. Daí a possibilidade de construir uma periodização deste nacionalismo populista em, por exemplo, quatro fases: a da “Era Vargas” (1930-45); a do último governo varguista (1951-54); a dos Anos JK (1956-61) e a do período Goulart (1961-64).

Restringindo-me às duas últimas fases, considero que na terceira ocorreu uma espécie de simulacro de hegemonia burguesa, com intensa e efêmera participação da burguesia industrial nativa, fazendo as vezes de uma burguesia nacional, mas já em processo de rápida diversificação, inclusive de associação com o capital industrial imperialista. Neste processo, parte desta burguesia se dissolveu, parte se associou, de múltiplos modos ao grande capital imperialista e parte se constitui em uma grande burguesia interna³.

A fase subsequente foi a primeira e única na história do Brasil em que ocorreu uma apropriação positiva (a partir “de baixo”) do nacionalismo pelas classes populares. Em outros termos, este nacionalismo deixava, em ampla medida, de ser algo “externo” e se tornava intrínseco ao processo de ascensão política que elas viveram no início dos anos 60. Reciprocamente, este nacionalismo adquiriu um forte potencial anti-imperialista e foi percebido como uma ameaça pelo conjunto das classes dominantes. O desfecho desta polarização foi o golpe de 1964.

³ Sobre o conceito de burguesia interna, Poulantzas, (1974/1978a e 1976/1975).

3. Nações e nacionalismo na atual fase de transnacionalização do capitalismo

Contrariamente ao que muitos importantes autores, marxistas (Hobsbawm) ou não (Gellner), afirmaram, a expansão capitalista não condenou nações e nacionalismos à irrelevância (caso contrário é preciso avisar principalmente aos chineses). Nesta virada de século, convivemos com megaprocessos de acelerada constituição de formações estatais nacionais. Se chegarem a bom termo (e para quem), é uma questão em aberto.

Um dos imensos méritos de Poulantzas consistiu em negar, com bastante antecedência, aquela abordagem apocalíptica. Ele insistiu enfaticamente em que o processo de internacionalização das relações capitalistas “não suprime e não abala os Estados nacionais” nem “tende para a constituição de formas ou instâncias institucionais supranacionais e supra estatais *efetivas*” (1974:78, grifos dele). Ao contrário, “*Estes Estados encarregam-se eles próprios dos interesses do capital imperialista dominante no seu desenvolvimento no próprio seio da formação ‘nacional’, a saber, em sua interiorização complexa com a burguesia interior que ele domina*” (id. ib., grifos dele)⁴.

Cabe esclarecer que, neste livro, Poulantzas se volta para a análise do que denomina “nova dependência”, ou seja, as relações entre as formações sociais imperialistas sob a hegemonia da estadunidense, não abordando diretamente as relações de dominação entre essas metrópoles e as formações sociais dependentes *tout court*. Mesmo assim, é possível formular a hipótese de que alguns impactos da indução da nova dependência sobre as formações sociais metropolitanas, especialmente na Europa (caso analisado centralmente pelo autor), são ainda mais profundos (e qualitativamente distintos) em formações sociais apenas dependentes⁵.

Alguns impactos da indução da nova dependência sobre as formações sociais metropolitanas, especialmente na Europa (caso analisado centralmente pelo autor), parecem-me, por motivos que explicarei mais abaixo, ainda mais profundos (e qualitativamente distintos) em formações sociais dependentes não imperialistas.

Destaco dois deles.

⁴ No lugar de “burguesia interior”, preferimos a tradução por “burguesia interna”.

⁵ Em livro posterior, destinado à análise das crises das ditaduras em três formações sociais situadas na periferia do capitalismo europeu (Portugal, Espanha e Grécia), Poulantzas atribui às burguesias internas a direção deste processo de transição e também se refere a burguesias congêneres nas formações sociais latino-americanas (Poulantzas, 1976).

Segundo Poulantzas (1974:81), os Estados das formações imperialistas “neodependentes” não se encarregam apenas de suas burguesias internas, mas também “dos interesses do capital imperialista dominante e daqueles dos outros capitais imperialistas, em sua articulação no seio do processo de internacionalização”. Todavia, ainda segundo Poulantzas, “esses capitais ‘estrangeiros’ não fazem diretamente parte, *como tais*, isto é, como forças sociais relativamente autônomas, de cada bloco no poder em questão”, ou seja, nem a burguesia estadunidense nem a alemã e suas respectivas frações “estão *diretamente* presentes como tais no bloco no poder na França” ou o contrário.

Não se trata, aqui, de discutir esta hipótese teórica de Poulantzas em relação às formações imperialistas inseridas no que ele chama de “nova dependência”. Mas, no que se refere à inserção das burguesias imperialistas nas formações sociais latino-americanas, nossa hipótese vai no sentido oposto: elas integram o bloco no poder.

O segundo impacto do processo de transnacionalização do capitalismo não eliminou os Estados nacionais, mas produz modificações importantes, as quais “colocam em causa a conceptualização jurídica da soberania nacional”. Dentre as principais modificações mencionadas por Poulantzas, que centra o foco nas metrópoles imperialistas, menciono, até pela candente atualidade, “o papel que assume cada Estado na repressão da luta de classes no plano internacional (OTAN etc.); [a] “extraterritorialidade das funções e das intervenções de cada, estendendo-se essas nas formações exteriores onde se desenvolve seu capital autóctone” e “as modificações dos próprios sistemas jurídicos internos de cada Estado de maneira a cobrir a internacionalização de suas intervenções” (Poulantzas, 1974: 85).

Os dois aspectos que destacamos produzem forte impacto sobre as formações sociais dependentes, impondo aos seus Estados uma forte sobrecarga na tarefa de, ao mesmo tempo, organizar o bloco no poder e encenar a soberania do povo nação nos planos interno e externo. Eis um conjunto de determinações de importantes questões nacionais no imperialismo contemporâneo. Estas eclodem, sob múltiplas e contraditórias apropriações sociais, tanto em formações imperialistas como nas dependentes.

As formulações poulantzanianas sobre o imperialismo, rigorosamente teorizado como um novo estágio do capitalismo com profundas transformações nos planos econômico político e ideológico (Poulantzas, 1974), foram elaboradas em um contexto muito diferente do atual. Basta mencionar a existência da URSS e de importantes partidos comunistas que, de modo negativo ou positivo, a tomavam como forte referência; a inexistência da China como uma

espécie de nova oficina do capitalismo; e a nova onda de “reestruturação produtiva” capitalista que foi um dos ingredientes importantes da ofensiva neoliberal. Mesmo assim, Poulantzas, apesar de seu ziguezague teórico-político, percebeu diversos processos que somente hoje ocupam o centro do debate sociopolítico, especialmente junto às esquerdas. Foi o caso, por exemplo, da extraordinária intuição no que se refere às relações entre a nova dependência e o que ele chamou de burguesia interna.

Estas formulações contribuíram para que Poulantzas se diferenciasse para melhor entre os analistas das mencionadas crises das ditaduras europeias no sul da Europa e têm sido bastante úteis em algumas análises do processo político brasileiro contemporâneo.

Mas a importância deste conceito é bem mais abrangente. Ele guarda enorme congruência com as análises de Poulantzas que, no fundamental, procuram demonstrar que o processo de internacionalização desigual do capitalismo não eliminou o imperialismo nem as formações sociais estatais-nacionais. Mais ainda: é nestas espacialidades reconstituídas por determinações econômicas, políticas e ideológicas (ou seja, sociais) que a reprodução ampliada do imperialismo encontra seus pontos de ancoragem. Em suma e indo além, Poulantzas não era um globalista e sua obra proporciona contribuições fundamentais para, a partir de suas formulações sobre imperialismo e Estado burguês, abordarmos questões nacionais candentes neste início de século XXI.

4. Internacionalização capitalista e turbulências na ideologia nacional

A partir do exposto, apresentamos algumas formulações em torno do conceito de Estado-nação, levando em conta, como já fizemos acima, além das determinações econômicas, as político-ideológicas.

A extraordinária expansão capitalista ocorrida no pós-Guerra Fria também se expressou no aumento de Estados-nações e, ao mesmo tempo, de questões nacionais que constituem, como também já observamos, viveiros de nacionalismos. Estes se nutrem da dificuldade que esta frenética expansão do capitalismo encontra para cumprir uma promessa básica deste modo de produção em cada formação social onde se torna dominante, promessa que, por outro lado, se propaga como se fosse um valor universal: a constituição de soberanas comunidades de *cidadãos* livres e iguais.

Ao contrário do que levaria a supor um raciocínio economicista, esta dificuldade de constituição da cidadania não é exclusiva das insuficiências do desenvolvimento das relações

de produção capitalistas. Processos de corrosão da cidadania ocorrem mesmo em formações sociais imperialistas e muitos deles podem contribuir para o “ressurgimento” de nacionalidades marcadas pela atribuição (inclusive autoatribuição) de características distintivas em relação à comunidade nacional. Ou, no sentido inverso, para a reafirmação de uma identidade nacional predominante, mas que se sente ameaçada.

Atualmente, o segundo caso é mais visível, até em razão das grandes correntes migratórias e, quando escrevo esta comunicação, do drama dos refugiados que se dirigem do Oriente Médio para os países da União Europeia. No outro lado do Atlântico, também neste momento, Donald Trump, pré-candidato a presidente dos Estados Unidos da América, faz furor com o crescente apoio que recebem seus discursos xenófobos, especialmente em relação aos “latinos” e ao Islã. Mesmo importantes líderes do Partido Republicano consideram as mensagens do bilionário estreante na vida política institucional como expressão da barbárie.

No entanto, Donald Trump poderia, caso soubesse/quisesse, reivindicar importantes apoios intelectuais para as posições que defende, seja porque coincidem com estas, seja por demonstrarem que não pairam tão distantes de fortes tendências presentes na sociedade estadunidense, seja por ambos os motivos. É o caso, por exemplo, do importante cientista político estadunidense Samuel Huntington (2004), morto em 2008. O teórico do “choque de civilizações” é assumidamente nacionalista, percebe a identidade nacional “americana” como profundamente ameaçada pelo padrão de imigração mexicana; discorre sobre os múltiplos determinantes da “erosão da cidadania” nos EUA (e fora deles), alerta para o caráter excepcional da extensão e abertura e abertura da fronteira dos Estados Unidos com o México e considera os ativistas islâmicos como os principais inimigos dos EUA. Este autor se esforça para distinguir, no que se refere às opções políticas dos EUA, por um lado, nacionalismo, que vincula a um conjunto de valores nucleados pela religião; e, por outro, imperialismo (e cosmopolitismo) (Huntington, 2004: passim).

Já a União Europeia, caso mais avançado de tentativa de constituição de uma comunidade supranacional sob a égide do imperialismo, tornou-se, em aparente paradoxo, um viveiro de nacionalismos também, em grande parte, fortemente regressivos. Em cada país membro, surgem movimentos ciosos de uma inatingível pureza nacional (Balibar, 1998), que estaria contaminada pela presença de elementos corrosivos, considerados “externos”, mesmo quando se referem a indivíduos-cidadãos nascidos lá. Ironicamente, longe das pretensões expressadas, entre outros, por Jürgen Habermas (2000), de um “patriotismo republicano”, tais

nacionalismos estão em vias de constituir, no interior de determinadas formações sociais, cidadanias de segunda linha. Este mesmo tipo de constituição, no plano ideológico, da “cidadania estamentalizada” também se manifesta entre países imperialistas europeus e apenas dependentes no interior da União Europeia (caso da Inglaterra ou alemã em relação a poloneses, por exemplo). Em ambos os casos, a cidadania “pós-nacional” se mostra regressiva quando comparada à que pretende superar, ou seja, a nacional⁶.

Também no caso da União Europeia, menciono importantes atualizações de questões nacionais como, na Espanha, a basca e a catalã; e, na Grã-Bretanha, a irlandesa e a escocesa, regiões de grande desenvolvimento capitalista no contexto dos países onde se inserem. Enfim, no que se refere à União Europeia, a politização da dívida pública grega sinalizou que existe um forte potencial de luta antiimperialista na periferia desta “comunidade pós-nacional”, com possibilidade de desdobramentos em Portugal e na Irlanda.

Fora da União, mas ainda em território do “Continente Sombrio”, existe um forte nacionalismo russo (entranhado de contranacionalismos) cujas tensões com os EUA (estes diretamente ou por intermédio da OTAN) constituem, no momento, o principal risco de conflito com repercussões em escala planetária⁷.

Sempre sinteticamente, faremos referências a algumas questões nacionais que se manifestam neste início de século XXI fora do campo imediato das grandes potências⁸.

Abordemos, em primeiro lugar, nacionalismos no interior de determinadas formações sociais dependentes latino-americanas. Aqui nos deparamos com movimentos de forte composição indígena, os quais, no pós-Guerra Fria, “zeraram o jogo” da questão nacional, pois não se sentem representados pelos Estados nacionais que lhes foram impostos, mesmo com o acompanhamento do discurso da convivência harmônica. Desta forma, talvez surpreendessem o próprio Lenin, que via a questão nacional como resolvida na América Latina, uma vez que, neste subcontinente já se haviam constituído formações sociais estatais nacionais (Mármora, 1086:65).

Uma particularidade importantíssima é que o forte componente étnico não implicou, até o momento, contracionismo. Ao contrário, esses movimentos conseguiram o etnicismo aos registros

⁶ Limito-me a mencionar, sem qualquer tentativa de análise, os movimentos autonomistas que atualizam velhas questões nacionais, como a catalã e a basca, na Espanha, ou a irlandesa do norte e a da Escócia na Grã-Bretanha.

⁷ A este respeito, ver o artigo do especialista em relações internacionais Zbigniew Brzezinski (2015), ex-assessor do presidente James Carter.

⁸ Os limites desta comunicação nos obrigam a deixar de lado nacionalismos de fundamental importância para a constituição de Estados-nações, como o da África do Sul e da Índia e China, bem como os que têm, desde a primeira fase da Guerra Fria, solidificado o Estado nacional norte-coreano.

nacional e internacional, o que os distingue, por exemplo, do que já foi mencionado em relação a nacionalismos europeus de forte componente racista na Europa⁹.

Alguns desses movimentos chegaram ao governo, o que produziu importantes desdobramentos. Citamos quatro.

Em primeiro lugar, estes processos foram marcados pela presença, sob várias formas, de movimentos insurreicionais tanto de base popular como de forças conservadoras. Em segundo, importantes mudanças constitucionais contribuíram para ampliar e aprofundar a participação popular na política. Em terceiro, ocorreram políticas voltadas para a melhoria das condições de vida das classes populares, inclusive de comunidades indígenas, com a defesa de suas culturas inserida no texto constitucional. O quarto desdobramento consistiu em políticas estatais de caráter desenvolvimentista e fortemente antineoliberais (Almeida, 2010/11) .

Como todo processo, estes não foram isentos de contradições. Onde a participação popular, especialmente indígena, foi mais intensa, como na Bolívia e no Equador, abriu-se uma contradição entre políticas desenvolvimentistas, ou seja, voltadas para o desenvolvimento capitalista sob forte presença do Estado, e as políticas do bem viver reivindicadas pelos agrupamentos indígenas mais interessados em manter sua integridade cultural (Stefanoni, 2010 e 2016; Zibechi, 2010).

O caso da Venezuela é bem mais complexo. A reação da classe dominante foi bem mais intensa, contando, inclusive com forte adesão dos sindicatos ligados à produção petrolífera, e a mais organizada base da chamada revolução bolivariana está no interior do aparato repressivo de Estado, de onde veio, aliás, o principal líder da chamada revolução bolivariana. Apesar das intensas políticas sociais implementadas pelo governo de Hugo Chávez, este déficit organizacional entre as classes populares permaneceu elevado, o que levou o governo Chávez a sofrer uma derrota emreferendo realizado em 3 de dezembro de 2004 basicamente porque faltaram votos dos filiados ao partido bolivariano¹⁰. A morte prematura de Hugo Chávez, aliada à queda do preço do petróleo constituíram duros golpes para o governo nacional-popular na Venezuela, o qual se encontra, atualmente, em defensiva preocupante.

No pós-Guerra Fria, o Brasil foi cenário de reviravoltas importantes no que se refere à questão nacional. Ao longo dos anos 1990, esta, só foi levada a sério, de modo consistente e

⁹ Uma das primeiras e mais importantes expressões da articulação desses três registros foi a realização, em 1996, sob os auspícios do EZLN, do Encuentro Intergaláctico por la Humanidad contra el Neoliberalismo (EZLN, 1996).

¹⁰ Pinheiro (2014) e Rosa (2014) apresentam duas análises bem fundamentadas apresentam avaliações opostas do processo de organização popular na Venezuela no atual processo venezuelano.

organizado, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. De modo bastante ousado, o MST procurou articular, na teoria e na prática, a questão nacional a uma perspectiva internacionalista, especialmente (mas não só) latinoamericanista, conseguindo impor, com a Marcha a Brasília de 1997¹¹, a única derrota política sofrida pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

O acerto da política do MST comprovou-se com a extraordinária Campanha contra a ALCA, que mobilizou milhões de pessoas por todo o Brasil e proporcionou uma das raras manifestações de internacionalismo massivo na história deste país, as Marcha Contra a ALCA, em Porto Alegre, durante a I e o III edições Fórum Social Mundial, respectivamente em 2001 e 2003.

Todavia, durante o governo Lula da Silva, a Campanha contra a ALCA foi transmutada em um movimento nacionalista que resultou, sem dúvida, em maior integração deste país com o restante da América Latina (especialmente América do Sul), mas em proveito principalmente de amplos segmentos da burguesia interna brasileira. O próprio MST, ao ter suas bases minadas pela ausência de reforma agrária e pela atração das novas oportunidades criadas para o subproletariado durante os governos petistas, teve sua atuação deprimida nos planos da ação efetiva e doutrinária. Em uma frase, o potencial anti-imperialismo materializou-se em neonacionaldesenvolvimentismo, uma pouco estudada, porém importante versão do nacionalismo na primeira década do século XXI.

A referência a esta novas questões nacionais produzidas no pós-Guerra Fria não pode excluir a menção à persistência de, no mínimo, duas questões nacionais clássicas, ou seja, de povos que lutam pela sua autodeterminação no sentido de constituírem Estados “próprios”. Ambas mantêm importância estratégica fundamental. São as dos povos palestino e curdo, situados naquele que talvez seja o cenário geopolítico mais instável do planeta, nesta década e meia do século XXI: o Oriente Médio.

O grande problema teórico-político é que as duas questões se desdobram em múltiplas, duas das quais, as menos visíveis, talvez sejam as de maior longevidade: a israelita e turca, que percorreram caminhos inversos. A primeira, sede de um império multiétnico, viu-se praticamente extinta e renascida sob a direção de um movimento nacionalista de caráter ocidentalizante quando findou a primeira guerra mundial. A segunda originou-se nas entranhas do continente europeu e buscou se territorializar em um território que reivindicava

¹¹ No seguinte ao massacre de Eldorado dos Carajás.

como originalmente seu por direito divino. Os pontos comuns a estes nacionalismos de “nação” opressora são: 1) a opressão de nacionalidades frente às quais a integração é considerada impossível: curdos e palestinos; 2) a decorrente impossibilidade de se consolidar a identidade nacional entre os próprios opressores, os quais buscam apoio em nacionalismos que se tornam tanto mais agressivos quanto mais a instabilidade da região ameaça sua integridade, a começar pela territorial. Portanto, estamos às voltas, neste caso, com quatro questões nacionais de grande contundência e difícil resolução.

Para complicar um pouco mais, o chamado Oriente Médio é marcado por extrema dificuldade de consolidação de ideologia nacional. Desde os anos 60, no bojo dos processos de descolonização de pós-guerra, ocorrem ondas de enfraquecimento das tentativas de constituição de Estados burgueses, mesmo quando dirigidos por governos que se proclamavam socialistas. E um permanente processo de destruição de tentativas de criação de comunidades nacionais, o que passa, inclusive, pela desativação ou enfraquecimento de razoável quantidade de Estados laicos (ou que marchavam nesta direção).

Neste contexto, o que parece mais consistente, para delícia dos segmentos mais financeirizados do capitalismo mundial, é um punhado de pequenos Estados teocráticos que implementam políticas irresponsáveis no plano socioeconômico e patrocinam conflitos militares para os quais não têm como proporcionar qualquer saída minimamente razoável. Dificilmente seriam considerados como nacionais, constituindo misturas de (semi-escravismo) com aspectos do que há de mais avançado no capitalismo. No entanto, considerando-se o peso dos Estados vizinhos, a força crescente dos nacionalismos de nação oprimida e o caráter mundialmente estratégico da região, as perspectivas de legitimarem sua existência política não são muito animadoras.

A situação fica ainda mais complicada em razão da presença de um certo tipo de “questão nacional” dotado de alto grau de artificialismo. Refiro-me a movimentos fortemente apoiados por Estados imperialistas com vistas a desestabilizar governos que, mesmo tendo adotado políticas abertamente anticomunistas ou não democráticas tornaram objetos de agressividade por dois motivos principais. Em primeiro lugar, adotaram, em momentos importantes, políticas nacionalistas contrárias aos interesses das grandes potências. E – como já mencionado, localizam-se em áreas de importância estratégica para os atuais conflitos entre

as principais potências militares e, portanto, podem se objetos de um rearranjo político global. Foi o que ocorreu com o Iraque em 2003, com a Líbia em 2011 e, agora, com a Síria¹².

Esta desativação de tentativas de criação de Estados nacionais abre espaço para novos conflitos sectários e, ao mesmo tempo, para a reemergência de lutas nacionalistas, como a do povo curdo que – mais uma ironia da História – vê, exatamente naquela desativação, aumento da margem de manobra para a criação de um Estado nacional. Quaisquer reconfigurações geopolíticas desta região dependem não somente das forças internas a ela, mas também da balança de poder entre as grandes potências. E é altamente provável que, neste processo, nacionalismos desempenhem papel importante, embora não exclusivo. Mais particularmente, as lutas de curdos e palestinos pela autodeterminação nacional, cuja legitimidade só tende a aumentar, apresenta-se como um teste decisivo para a capacidade de invenção política por parte daqueles que detêm maior capacidade de decidir sobre os destinos da humanidade.

5. Conclusão

Não se trata de, na atual fase de transnacionalização do capitalismo, defender uma posição simetricamente oposta à dos globalistas e afirmar que as nações se consolidam e passam muito bem. Até porque esta polarização também teria sido de pouca valia no século XX, em cuja primeira metade havia pouquíssimos Estados nacionais (a América Latina era uma exceção, aliás desde a primeira metade do século XIX), grande impérios e fortes perspectivas internacionalistas.

O que se apresenta é um processo extremamente desigual e contraditório. Ao mesmo tempo em que estão em curso tentativas de construção, no curto prazo, de gigantescos Estados-nações, formações sociais nacionais que pareciam consolidadas entram em crise. Ao mesmo tempo, o ordenamento interestatal mostra preocupantes sinais de instabilidade que sinalizam possibilidades de lutas, em novos e mais graves termos, pelo que classicamente se denominou partilha do globo.

Eis um cenário propício ao desenvolvimento de questões nacionais e decorrentes nacionalismos de vários tipos. Alguns expressam posições abertamente conservadoras e

¹² Quando escrevo estas páginas, a Síria está praticamente destruída e foi assinado um cessar fogo pelos EUA e a Rússia, mas os combates prosseguem, até porque, além do interesse comum em combater o Estado Islâmico, ambos os países possuem diferentes relações com as forças regionais em conflito. Um importante livro sobre a faxina étnica promovida pelo sionismo em 1948 na Palestina foi escrito por Pappe (2006). Uma visão abrangente sobre as múltiplas vertentes do nacionalismo curdo e sua inserção nos conflitos internacionais é fornecida por Lawrence (2009). A respeito da atual situação no Oriente Médio, ver Cockburn (2015).

mesmo regressivas. Aí se incluem os nacionalismos classicamente chamados “de nação opressora”. Por outro lado, os de “nações oprimidas” não podem ser homogeneamente considerados democráticos ou socialistas, inclusive no que se refere à temporalidade. Alguns podem ser profundamente antidemocráticos antes da construção do “Estado próprio”. Outros, após trilharem lutas democráticas, uma vez constituído o Estado nacional (um Estado burguês), submetem-se às determinações estruturais deste, as quais produzem impactos importantes sobre as relações de classes. Neste caso, antigos antissistêmicos se tornam, acima de tudo, agentes de uma ordem opressiva e exploradora. Outros, enfim, procuram novos meios de articular, na nova ordem, lutas contra a exploração e opressão nos planos nacional e internacional.

O conteúdo democrático do nacionalismo de nações oprimidas não pode ser tomado isoladamente. É inseparável das lutas de classes nos planos nacional e no internacional, uns e outros marcados por uma forte tendência transnacionalizante do capitalismo.

6. Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio F. (2010/11). Comunas e sovietes: passado e futuro de um poder proletário com muitos nomes e cores. *Lutas Sociais*, 25/26, São Paulo.
- _____ (2014). *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2ª. ed. São Paulo: EDUC.
- ALTHUSSER, Louis.(1959). *Montesquieu, la politique et l'Histoire*. Paris: PUF.
- ANDERSON, Benedict (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ANDERSON, Perry (1978) *L'état absolutiste: ses origines et ses voies*. Paris, Maspero.
- BALIBAR, Étienne (1998). Racisme et idéologie. In: BALIBAR, E. e WALLERSTEIN, I. *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris: La Découverte.
- BOBBIO, N. (1983) Existe uma doutrina marxista do Estado ?. In: *Qual socialismo?* 2ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- BRZEZINSKI, Zbigniew (2015). Russia must work with, not against, America in Syria. *Financial Times*, 04/10/2015. <http://www.ft.com/cms/s/0/c1ec2488-6aa8-11e5-8171-a1968cf791a.html#axzz3nkog5SFW>. Consulta em 07/10/2015.
- COCKBURN, Patrick (2015). *A origem do estado islâmico: o fracasso da "guerra ao terror" e a ascensão jihadista*. São Paulo: Autonomia Literaria.

- EZLN (1996). *Invitación-convocatoria al encuentro Intercontinental por la Humanidad y contra el Neoliberalismo*. http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_06_09.htm. Consulta em 10/05/2000.
- GELLNER, Ernst (1983). *Nations and nationalism*. Oxford, Basil Blackwell.
- HABERMAS, J. (2000). “Realizações e limites do Estado nacional europeu”. In: BALAKRISHNAN, G. (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- HEGEL, Georg W. (1973). *Principes de la philosophie du droit*. Paris: Gallimard.
- HOBBSBAWM, Eric (1991). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ e RANGER, Terence (1983). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra.
- HUNTINGTON, Samuel P. (2004). *Who Are We? The challenges to America's National Identity*. New York: Simon & Schuster.
- KAUTSKY, K. (1978). “La nacionalidad moderna”. In: BERSTEIN, E. et al., *La segunda internacional y el problema nacional y colonial* (primera parte). México: Pasado y Presente.
- LAWRENCE, Quil (2009). *Invisible Nation: How the Kurds' Quest for Statehood Is Shaping Iraq and the Middle East*. New York: Bloomsbury.
- MÁRMORA, L. (1986). *El concepto socialista de nación*. México, Pasado y Presente.
- NEGRI, Antonio e HARDT, Michael (2001). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- PAPPE, Ilan (2006). *The Ethnic Cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld.
- PINHEIRO, Jair (2014). Luta pelo socialismo no interior da revolução bolivariana. In: PINHEIRO, J. (Org.). *Marx: crise e transição – contribuição para o debate hoje*. Marília: Cultura Acadêmica.
- POULANTZAS, Nicos (1968). *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris: Maspero.
- _____ (1976). *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1974). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____ (1978). *L'état, le pouvoir, le socialisme*. Paris, PUF.
- _____ (2008). O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. *Crítica Marxista*, n. 27, Campinas.
- ROSA, Flávia B. (2014). *O movimento operário na Venezuela do século XXI: Dilemas da reorganização sob o governo Chávez*. São Paulo: Sundermann.

SETTON-WATSON, Hugh (1977). *Nations and States: an Enquiry on the Origins of Nations and the Politics of Nationalism*. Boulder: Westview Press.

STEFANONI, Pablo (2010). Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios. *Lutas Sociais*, n. 24, São Paulo.

_____ (2016). Cómo se explica y qué significa para Bolivia la derrota de Evo Morales en el referendo por su cuarto mandato. <http://www.lasintesis.com.ar/nota-como-se-explica-y-que-significa-para-bolivia-la-derrota-de-evo-morales-en-el-referendo-por-su-cuarto-mandato-63302>. Consulta em 06/03/2016.

ZIBECHI, Raúl (2010). Bolivia-Ecuador: el Estado contra los pueblos indios. *Lutas Sociais*, n. 24, São Paulo.